

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPNSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO – **CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL**

REQUERIMENTO N. , DE 2013.

Requer prorrogação do de prazo **COMISSÃO** funcionamento da PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011. COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, por (sessenta) dias a contar do término efetivo dos trabalhos (20/12/2013).

Senhor Presidente

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na forma do disposto art. **35**, **§ 3º** do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, do § 2º, art. 5º da Lei 1579/52, da decisão do STF no *Habeas Corpus* nº **71193-SP** e de várias decisões de Questões de Ordem (519 de 12/06/2001, etc) na Câmara dos Deputados, vem solicitar a prorrogação dos trabalhos desta CPI, por mais 60 (sessenta) dias.

Convém registrar que o prazo inicial para conclusão dos trabalhos da presente CPI era de 120 (cento e vinte) dias, cujo término dar-se-ia em 14.08.2012. No dia 04/07/2012 foi aprovado pelo Plenário da Casa, requerimento solicitando a primeira prorrogação, por 60 (sessenta) dias, cujo prazo terminaria dia 13/10/2012. As demais prorrogações foram aprovadas, respectivamente, nos dias: 19/09/2012 (60 dias); 21/11/2013 (120 dias); 16/05/2013 (120 dias); e 05/09/2013 (94 dias), esta com previsão de término para o dia 20/12/2013.

Desta feita, o prazo regimental, mesmo após as prorrogações aprovadas não se consubstanciaram suficientes para as ações necessárias ao bom termo dos trabalhos.



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPNSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO – **CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL**

Diante de todo o relatado solicito a Vossa Excelência que, em consonância com o precitado art. 35, § 3º do Regimento Interno, e no § 2º, art. 5º da Lei 1579/52, seja submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados o pedido de prorrogação do prazo de funcionamento desta CPI, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do término efetivo dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de estima e distinta consideração.

Brasília, de novembro de 2013.

Deputado Federal **ARNALDO JORDY**

APOIAMENTO

NOME DO PARLAMENTAR	ASSINATURA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPNSÁVEIS NO PERÍODO DE 2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO – **CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL**

	